

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENFRENTAMENTO DA ESPOROTRICOSE EM SERGIPE: AVANÇO PARA A SAÚDE ÚNICA

ARAUJO, Jean¹; TELES, Rita¹; BARROS, Ana Paula¹; CARVALHO, Thialla¹; ANTUNES, Karla¹; SILVA, Anita²; FILHO, Paulo¹; CAMPOS, Roseane¹
jeanarj1010@gmail.com

RESUMO

A esporotricose é uma micose zoonótica emergente no Brasil, com crescente impacto na saúde pública, especialmente em áreas urbanas onde a transmissão envolvendo gatos domésticos tem sido amplamente documentada. O controle da doença exige estratégias integradas entre saúde humana, saúde animal e ambiental, conforme a abordagem de Saúde Única. Nesse contexto, instrumentos legais são fundamentais para institucionalizar ações de vigilância, prevenção e controle. Objetivou-se analisar o arcabouço normativo recente relacionado ao enfrentamento da esporotricose no estado de Sergipe, considerando a Lei Estadual nº 9.788/2025 e a Lei Municipal nº 1.272/2025 do município de Barra dos Coqueiros (SE), situado na região metropolitana de Aracaju. Realizou-se um estudo descritivo, de abordagem qualitativa, baseado em análise documental das legislações mencionadas. Foram examinados os dispositivos normativos quanto às estratégias propostas para vigilância epidemiológica, notificação, prevenção, assistência e articulação interinstitucional. A Lei Estadual nº 9.788/2025 institui a notificação compulsória de casos suspeitos ou confirmados de esporotricose em animais, a ser realizada por serviços de saúde públicos e privados, incluindo estabelecimentos médico-veterinários, no prazo máximo de 24 horas. A medida fortalece a vigilância epidemiológica ao integrar o setor veterinário ao sistema de notificação. Complementarmente, a Lei Municipal nº 1.272/2025 estabelece a Política Municipal de Prevenção e Combate à Esporotricose da Barra dos Coqueiros, prevendo campanhas de educação em saúde, adoção de medidas preventivas, garantia de tratamento para humanos e animais, promoção do bem-estar animal e redução dos impactos da doença. O conjunto dessas iniciativas evidencia avanços na institucionalização de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da esporotricose em Sergipe. A articulação entre instrumentos legais de diferentes níveis de gestão contribui para fortalecer a vigilância epidemiológica, ampliar estratégias de prevenção e promover ações intersetoriais alinhadas aos princípios da Saúde Única.

Palavras-chave: *Sporothrix*; Zoonose; Políticas Públicas; Legislação; Sergipe.

¹Universidade Federal de Sergipe, Nossa Senhora da Glória, Sergipe, Brasil.

²Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.